

# BREVE REFLEXÃO SOBRE A SIMULTANEIDADE DE TEMPOS E ESPAÇOS NA DIMENSÃO TRANSFRONTEIRIÇA DO BRASIL<sup>1,2</sup>

Liria Yuri Nagamine<sup>3</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento generalizado de que no Brasil não existe uma única fronteira mas sim várias foi um dos mais relevantes aspectos revelados a partir das diversas falas dos atores participantes das entrevistas, oficinas, trabalhos de campo e seminários realizados no âmbito do projeto A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Faixa de Fronteira, desenvolvido, entre abril de 2016 e abril de 2020, pelo Ipea, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Nessa perspectiva, abre-se um leque de concepções e compreensões a respeito do sentido da fronteira, revelando os pontos de vista das diversidades regional, local, ambiental, social, econômica e cultural, sobretudo em relação ao lugar e à figura do outro para integrar, envolver ou relacionar-se, ao contrário de dividir, discriminar ou ignorar.

Contudo, as oportunidades e positivities que poderiam servir para a orientação de políticas públicas, com grande probabilidade de sucesso, dada a realidade local, são vistas como desperdiçadas, segundo o olhar da população fronteiriça, pois um sentido predominante na fronteira é o de esquecimento e isolamento do lugar pelos governos estaduais e federal.

Para os participantes das oficinas de trabalho, a fronteira é muito mais do que um espaço que está “no meio” de um eixo de desenvolvimento ou apenas mais um ponto de passagem (Pêgo *et al.*, 2021). De fato, uma das principais críticas dos fronteiriços identificada na pesquisa realizada pelo Ipea consiste na limitação do entendimento de gestores públicos e da classe política sobre o verdadeiro sentido da fronteira. Para além da diversidade inerente a cada lugar da imensa fronteira terrestre brasileira, existe sobretudo a dimensão transfronteiriça,

---

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua25art13>

2. A autora agradece a leitura atenta, os comentários e as sugestões dos pareceristas, que possibilitaram ajustes que foram fundamentais para a compreensão das análises e do texto. Este artigo foi produzido a partir da pesquisa Fronteiras do Brasil: uma Avaliação de Política Pública, da qual a autora faz parte. Agradece também o incentivo de Rosa Moura, geógrafa colaboradora do projeto Fronteiras do Brasil, do Ipea, em publicar este ensaio como continuidade às reflexões sobre vida cotidiana e cotidianidade realizadas para dissertação de mestrado.

3. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

sublinhada pela interação entre os povos de diferentes nações, dispensando a linha divisória que só existe nas situações que os limitam pelos regramentos instituídos pelos governos. Esses povos transfronteiriços, segundo os participantes das oficinas de trabalho, são tratados de longe, sem a devida aproximação com a perspectiva do vivido em seu cotidiano.

Na análise realizada pela pesquisa sobre quais políticas públicas tiveram relevância para os participantes das oficinas realizadas destacam-se as relacionadas a saúde, segurança, educação, defesa e comunicação, incluindo a mobilidade urbana, bem como os acordos internacionais que tratam de ações de cooperação e integração. No âmbito do governo federal brasileiro há nos últimos anos, depois de um período de crescimento da importância dada ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da então União das Nações Sul-Americanas (Unasul), grande destaque para as ações voltadas à defesa e segurança (Pêgo *et al.*, 2021).

A breve reflexão feita neste artigo busca interpretar o sentido da fronteira, na medida em que os dados coletados pela pesquisa permitem vislumbrar a existência simultânea de vários tempos e espaços na dimensão transfronteiriça brasileira, instigada pela perspectiva, reconhecida no estudo, da existência de várias fronteiras. Essa busca se dá a partir da metodologia lefebvriana,<sup>4</sup> denominada método regressivo-progressivo, sem qualquer pretensão de esgotar suas possibilidades de análise crítica.

Com as perspectivas geradas por essa forma de análise, visa-se contribuir para que a realidade fronteiriça possa ser apresentada aos gestores públicos de tal modo que as instituições governamentais passem a acompanhar de perto as transformações e necessidades da fronteira. Parte-se da premissa de que há na dimensão transfronteiriça especificidades e complexidades que deixam margem para argumentos evasivos na efetivação dos instrumentos públicos voltados ao desenvolvimento das regiões da fronteira terrestre ou à integração sul-americana, fazendo com que isso permaneça ainda muito na esfera da intenção.

Tendo sido estabelecido tema, objetivo, argumentação básica e método de análise nesta introdução, explora-se brevemente, na seção 2, a metodologia e os fundamentos conceituais que basearam a análise efetuada, salientando-se a riqueza dos dados provenientes da pesquisa citada anteriormente. Na seção 3, a simultaneidade de tempos e espaços é lida, verificada e explicada tendo como protagonista a dimensão transfronteiriça brasileira, por meio de alguns dos elementos, formações e estruturas que foram possíveis de serem identificados. Finalmente, na seção 4, são apresentadas as considerações finais desta reflexão.

## 2 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E CONCEITUAIS

É conhecida a apropriação do método regressivo-progressivo realizado por Sartre à sua análise da compreensão da realidade humana (Kelly, 1999; Bocca, Silva e Schneider, 2019). Sartre (1963, p. 49-50 *apud* Martins, 1996, p. 20) reconheceu a precisão e importância de um método “simples e irrepreensível para integrar a sociologia e a história na perspectiva dialética materialista”.

Por meio do método regressivo-progressivo, a leitura descritiva do visível e do percebido na investigação dos processos atuais são decompostos em termos de temporalidades diferenciadas que podem ser identificadas em determinados elementos e relações. Aquilo que em primeira análise parecia atual e simultâneo é descoberto como remanescente de um tempo específico. Indicam, dessa forma, a coexistência na sociedade de temporalidades diferentes, de eventos com datas diferenciadas no presente, o que permite uma análise dialética de desencontros e

4. Método desenvolvido por Henri Lefebvre (Martins, 1996).

contradições a partir dos quais o pesquisador pode procurar elucidar e compreender certas questões (Lefebvre, 1953 *apud* Martins, 1986b).<sup>5</sup> É nesses desencontros e contradições que se descortinam as possibilidades. Segundo Martins (1996, p. 22),

na descoberta da gênese contraditória de relações e concepções que persistem está a descoberta de contradições não resolvidas, de alternativas não consumadas, necessidades insuficientemente atendidas, virtualidades não realizadas.

Tanto a noção de tempo como a de espaço não existem sem a presença do ser humano. Indissolúveis, a análise integrada de tempo e espaço, realizada junto à perspectiva da simultaneidade de temporalidades diversas (Santos, 2013) ou da coexistência de tempos históricos (Martins, 2013), se distingue da análise temporal sucessiva. Santos (2013, p. 154) coloca ênfase ao afirmar que

o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que é tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas diferenças, suas diferentes possibilidades, suas possibilidades diferentes de uso do espaço (território) relacionadas com possibilidades diferentes do uso do tempo.

A busca por essas possibilidades, que, segundo o autor, podem ser reveladas a partir da análise do espaço de coexistência de tempos históricos, é também a procura pela reflexão que se realiza nesta investigação, tendo em vista a percepção do espaço vivido pelo homem fronteiriço, captada nas fontes consideradas para a fronteira terrestre brasileira da pesquisa realizada em uma parceria entre o Ipea e o MDR, anteriormente mencionada na introdução deste artigo.

Essa pesquisa foi realizada tendo em vista duas ordens de informações nos três arcos da fronteira – Norte, Central e Sul: i) dados primários desenvolvidos na faixa de fronteira terrestre brasileira; e ii) dados secundários, obtidos em fontes oficiais, apoiados em literatura especializada. A primeira fonte compôs um quadro atual da fronteira terrestre, a partir de oficinas de trabalho, entrevistas e visitas técnicas em três recortes fronteiriços (arcos Norte, Central e Sul), com ampla participação de representantes dos estados, municípios, instituições públicas e privadas, entidades não governamentais, pesquisadores acadêmicos e cidadãos interessados em debater a fronteira. Com base nessas atividades, foram realizadas análises que se valeram do segundo conjunto de fontes e permitiram a compreensão de processos e lógicas atuantes, a formulação de tendências e a sugestão de estratégias, políticas e ações para a região. O material obtido nessas etapas de trabalho, em termos de observações e avaliações locais, críticas e proposições, foi transcrito e publicado pelo Ipea nos seis volumes da série *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública*.<sup>6</sup>

O método regressivo-progressivo desenvolvido por Lefebvre encontra-se fundamentado em estudos que o autor realizou tendo em vista análises sobre a sociologia rural desenvolvidas na década de 1950. Alicerçado na noção de formação econômico-social, o autor aprofunda seus estudos na gênese desse conceito para descobrir, de acordo com Martins (1996), que o diverso e contraditório que se identificam nos processos não são necessariamente contemporâneos; antes, englobam a noção de desenvolvimento desigual: “A *lei de desenvolvimento desigual*

5. Lefebvre, H. Perspectives de la sociologie rurale. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. 14, p. 122-140, 1953.

6. O volume 1 é um livro de cunho autoral sobre a fronteira terrestre brasileira (Pêgo e Moura, 2018); o volume 2 dispõe os resultados da oficina realizada em Brasília (Pêgo *et al.*, 2017a); o volume 3, os resultados da oficina do arco Norte (Pêgo *et al.*, 2017b); o volume 4, os resultados das oficinas do arco Central (Pêgo *et al.*, 2019); o volume 5, os resultados das oficinas do arco Sul (Pêgo *et al.*, 2020); e o volume 6, sobre referências à formulação de políticas públicas (Pêgo *et al.*, 2021).

de formas análogas e *de interação* dessas formas (que coexistem em diferentes etapas de sua vida) parece uma das grandes leis da história” (Lefebvre, 1949 *apud* Martins, 1986a).<sup>7</sup> É um fato sociológico que o autor passa a incorporar em suas análises e que possui como ponto culminante sua tese de doutorado escrita nos anos 1960, percorrendo mais de mil anos de história de uma comunidade rural dos Pirineus franceses, nas montanhas de Campan, no vale do Aure (Lefebvre, 2011).

Parte-se da premissa de que a realidade camponesa possui uma complexidade horizontal e outra vertical. A complexidade horizontal é identificada pela leitura da descrição do visível a partir da qual é possível verificar nas formações e estruturas “diferenças essenciais, que chegam ao antagonismo” (Lefebvre, 1953 *apud* Martins, 1986b, p. 165). Já a complexidade vertical é identificada pela observação e análise da “coexistência de formações de *épocas e datas diferentes*” (*op. cit.*, p. 166), ou seja, é um momento de análise regressiva, na qual a realidade é decomposta e datada. De acordo com o autor,

as duas complexidades – aquela que denominamos horizontal; aquela que denominamos vertical e que poderíamos denominar de histórica – entrecruzam-se, recortam-se e agem uma sobre a outra. De onde um emaranhado de fatos, que apenas uma boa *metodologia* pode desembaraçar (Lefebvre, 1953 *apud* Martins, 1986b, p. 166).

Para o método, o esforço final é o histórico-genético, que consiste em estudar as transformações ocorridas e previamente datadas, de “retornar ao atual anteriormente descrito para reencontrar o presente, porém elucidado, compreendido: *explicado*” (Lefebvre, 1953 *apud* Martins, 1986b, p. 173).

Cabe neste ponto diferenciar os conceitos de complexidades horizontal e vertical adotados por Lefebvre da noção de espaços de horizontalidades e verticalidades utilizada por Santos (2013), que também serão objetos de compreensão por esta análise. Para Santos, a velocidade atual de movimentos e fluxos na transformação da produção do espaço contemporâneo leva a um aparente desaparecimento das distâncias físicas, tendendo a se acreditar em uma homogeneização dos espaços.

Sob essa premissa, as horizontalidades

são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação e complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo) (Santos, 2013, p. 50).

E as verticalidades

agrupam áreas ou pontos a serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São os vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada à distância. A dissociação geográfica entre produção, controle e consumo ocasiona a separação entre a escala da ação e a do ator. Esta é, com frequência, o mundo, transportado aos lugares pelas firmas transnacionais (Santos, 2013, p. 50-51).

A ideia de espaços de horizontalidades e verticalidades complementa-se à análise na medida em que é constituída por elementos que indicam o exercício da existência sistêmica de uma estrutura contemporânea do capital na qual o fenômeno da simultaneidade extrapola o tempo e o espaço do lugar. Conforme indicou Santos:

---

7. Lefebvre, H. Problèmes de la sociologie rurale. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. 6, p. 78-100, 1949.

hoje, cada momento compreende, em todos os lugares, eventos que são independentes, incluídos em um mesmo sistema de relações (...) A simultaneidade retratada é fato verdadeiramente novo e revolucionário para o conhecimento do real e o correspondente enfoque das ciências do homem, alterando-lhes, assim, os paradigmas (Santos, 2013, p. 117).

Esse aspecto demonstra a realidade local instalada em um sistema global, sem, contudo, descaracterizar a reprodução das relações sociais no vivido pelo cotidiano das pessoas e comunidades. A ideia da verticalidade de Santos conjuga-se à de Lefebvre (1968) sobre o passar dos eventos do dia a dia, que se observa pela programação da vida cotidiana pelo capitalismo. Ou melhor, aquilo que Lefebvre (1968) define como cotidianidade moderna, fácil de ser observada nas grandes cidades, desde o seu desenho funcional e global a serviço do mercado até a sua reprodução nas relações sociais dirigidas para o consumo material e imaterial, do tempo e do espaço.

Para Lefebvre (1968), o lugar reserva a leitura dialética do espaço em três dimensões: a cotidianidade, a modernidade e a mundialidade. A cotidianidade é um importante aspecto da modernidade, sendo faces simultâneas da realidade existente na sociedade. O cotidiano é apenas aparentemente banal, um fragmento do tempo, do mesmo modo que o moderno também mascara interpretações que o julgam meramente como sinais do novo, ancorado na mundialidade ou no processo de globalização. O cotidiano analisado à luz da modernidade não é, dessa forma, de acordo com Lefebvre (1968, p. 104) um “espaço-tempo abandonado, não é já o campo deixado à liberdade e à razão ou ao desembaraço individuais”; ele é “objeto de todas as preocupações: domínio da organização, espaço-tempo da autorregulação voluntária e planificada”.

Para além da cotidianidade, contudo, Lefebvre distingue a existência de uma vida cotidiana que é, ao contrário, e sobretudo, o espaço do possível – o espaço das possibilidades de elevação e superação sobre a cotidianidade moderna, pois é nesse meio e nessa escala que se pode visualizar o caldeirão de desencontros produzidos pela coexistência de várias temporalidades, uma efervescência de modos, relações, concepções e percepções. A cotidianidade é uma redução da vida cotidiana. Na vida cotidiana, pois, há espaço para uma pausa, um café e para olhar para o horizonte.

### **3 A SIMULTANEIDADE DE TEMPOS E ESPAÇOS DA DIMENSÃO TRANSFRONTEIRIÇA BRASILEIRA E A FRONTEIRA DO HUMANO**

Dos resultados apresentados pela pesquisa desenvolvida pelo Ipea para a fronteira terrestre é possível destacar que o cidadão fronteiriço em foco nas análises é, acima de tudo, aquele que vive no tempo e no espaço da dimensão transfronteiriça. A definição do termo transfronteiriço torna-se importante quando se trata do espaço vivido ou das relações de interação dos povos das fronteiras, cortadas por uma linha divisória de limite entre países. Refere-se a uma “zona onde convivem povos e culturas, por onde perpassam fluxos e se realizam atividades comuns aos países fronteiriços, criando uma zona híbrida, na qual há uma mesclagem de identidades, e a construção de uma nova identidade” (Pêgo *et al.*, 2021).

É possível apreender desse estudo algumas estruturas e formações que fazem parte dessa dimensão transfronteiriça. O distanciamento sentido por parte da população que vive na fronteira, por exemplo, é percebido por muitos participantes da pesquisa como abandono e esquecimento do lugar, em contraposição às grandes metrópoles brasileiras. Pode-se atribuir a essa percepção um certo ressentimento quanto à interpretação, imanente ao imaginário coletivo, que vê a fronteira como sendo formada por espaços de temporalidades mais

remotas, “antigas e atrasadas”, como aquelas vividas pelo expansionista, caboclo, quilombola, ribeirinho, seringueiro ou coletor da floresta que desbravaram, lutaram e sobreviveram ao desafio das conquistas e confrontos do Centro-Oeste e Norte brasileiros ou, ainda, daquelas vividas pelos indígenas em terras “selvagens e distantes”.

Ressalta-se que essa interpretação contrasta, sobretudo, com a percepção de que os povos que ali vivem, principalmente na fronteira norte, exigem a superação do discurso de que essa é uma “terra sem homens” (Pêgo *et al.*, 2021). Essa terra é de fato habitada e usufruída não somente por inúmeras tribos indígenas, com sua cultura de exploração sustentável das florestas, como por ribeirinhos, coletores da floresta e comunidades quilombolas, remanescentes históricos, cada qual com história e trajetória própria no processo de ocupação territorial brasileira.

Nas fronteiras dos arcos Central e Sul, prevalece o orgulho da história de cultura e desenvolvimento, cujo processo vem se estruturando desde antecedentes históricos dignos de nota, narrados pelo desbravamento do território e pelas obras de conexão ferroviária sul-americana, em meio a ciclos de produção como a extração da borracha, erva-mate, charque entre outros produtos.

Moura (2019) destaca, entre outros, os seguintes empreendimentos: i) os realizados pela Companhia Erva Matte Laranjeiras, que detinha o monopólio pecuário e ervateiro no Brasil no tempo das marchas para o oeste (1940) e pelo Paraguai, para leste, em finais dos anos 1950; ii) a ferrovia Madeira-Mamoré, associada à exportação da borracha; iii) o ramal ferroviário Barra do Quaraí-São Borja (Rio Grande do Sul), associado às charqueadas; e iv) a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de Bauru (São Paulo) a Corumbá (Mato Grosso do Sul). São obras e tempos constantemente lembrados pelos participantes das atividades nos arcos fronteiriços sob o argumento de que o desenvolvimento da fronteira terrestre sofre momento de retrocesso, uma vez que “desconstrói conquistas do período de integração histórica entre Brasil e países vizinhos, e que aumenta cada vez mais os danos do isolamento pela distância dos centros de decisão e desatenção do Estado” (Pêgo *et al.*, 2021).

Além dos espaços envolvendo essas formações populacionais tradicionais e indígenas, o projeto desenvolvido pelo Ipea entre 2016 e 2020 sobre as fronteiras do Brasil distingue o que denominou de “arranjos transfronteiriços”. São eles os espaços formados por municípios do Brasil e de países vizinhos que juntos compõem unidades socioterritoriais, decorrentes de um processo de ocupação com continuidade da mancha edificada – desconsiderando separação por cursos de água – ou sem continuidade de mancha de ocupação, porém com forte articulação e comutação entre si.

Distribuídos ao longo da fronteira terrestre brasileira, o estudo identificou 32 arranjos, sendo dezessete no arco Sul, oito no arco Central e sete no arco Norte. Destes, quatro são trifronteiriços, dois no Sul (entre Brasil, Paraguai e Argentina; e Brasil, Argentina e Uruguai) e dois no Norte (entre Brasil, Colômbia e Peru; e Brasil, Peru e Bolívia) (Pêgo *et al.*, 2021).

Nos arranjos transfronteiriços captam-se o tempo dos fluxos de reprodução das relações cotidianas da população. No espaço poroso e permeável das fronteiras delineiam-se as horizontalidades ou o “domínio de um cotidiano territorialmente compartilhado, com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício da existência solidária” (Santos, 2013, p. 51).

Nos arranjos transfronteiriços, a mobilidade e os fluxos das relações de trabalho, serviços e de estudos, que se observam na fronteira, ditam e organizam o ritmo do dia a dia de seus habitantes. Adquirem especificidades em cada arco e no seu interior. Nos arranjos maiores é possível vislumbrar fragmentos das metrópoles no compasso do cotidiano impresso pela velocidade dos novos modos de comunicação e de fluxos de tecnologia, informação e de mercadorias. Em outros, apesar de essas características também se evidenciarem em uma análise mais detalhada, predomina a cadência das possibilidades ao exercício da existência mais solidária, do compartilhamento do tempo familiar, banal e das relações do simples encontro com o outro.

Os fluxos nos arranjos transfronteiriços são observados especialmente nos produtos lícitos e ilícitos que perpassam seus portais de saída e entrada, bem como nos que ativam o mercado legal e ilegal de consumo da população. O mercado legal e sua variedade de produtos importados na fronteira constituem a principal renda de trabalho em muitos municípios e geram uma rede formada por sacoleiros, intermediários e turistas de compras, mas ao mesmo tempo induzem a presença de uma população flutuante, cuja condição de passagem amplia as demandas básicas dos moradores, já desatendidas pelos frágeis poderes locais dos municípios fronteiriços (Pêgo *et al.*, 2021).

No arranjo Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu (Brasil)/Ciudad del Este, Hernandarias, Minga Guazú, Presidente Franco (Paraguai)/Puerto Iguazú (Argentina), junto à procura pelos produtos importados (bebidas, perfumes, vestuário e eletrônicos) há também um intenso movimento da rede de hotelaria e dos circuitos de turismo, em função do Parque Nacional do Iguaçu. É uma indústria que movimenta, esta sim, claramente, horizontalidade da cotidianidade moderna do arranjo, pela intensa mobilidade de fluxos diários de atividades do comércio (lojistas, atendentes, ambulantes), construção civil, serviços domésticos, hotéis e espaços de eventos, restaurantes, bares diurnos e noturnos, satisfazendo e preenchendo a necessidade de consumo da sociedade contemporânea.

Os produtos importados e de equipamentos eletrônicos e combustíveis foram citados como principais produtos que estimulam o fluxo de brasileiros para as cidades fronteiriças dos países vizinhos. Já produtos brasileiros de alimentação, industrializados ou não, são muito consumidos por bolivianos, peruanos, paraguaios, colombianos e venezuelanos, e, dependendo das oscilações cambiais, por argentinos, uruguaios, guianenses e franco-guianenses (Pêgo *et al.*, 2021).

Em pequena escala, a dinâmica da cotidianidade moderna ocorre também nos arranjos transfronteiriços menores, tendo sido observado o domínio de produtos e comerciantes chineses nas cidades fronteiriças a Pacaraima e Bonfim, em Roraima, respectivamente Santa Elena de Uairén (Venezuela) e Lethem (Guiana).

Verificou-se que o estabelecimento do comércio de produtos chineses dificultou que se encontrassem produtos regionais, procurados por turistas e visitantes em busca do tempo e espaço indígena e caboclo, podendo se pressupor que, também nessas paragens, o domínio do comércio global possa estar contribuindo para o aumento da exclusão social de comerciantes originais locais (Pêgo *et al.*, 2021).

O moderno revela, nesse exemplo e em outros, as suas contradições diante de um modelo inacabado, no qual o novo é anunciado por intermédio do consumo da vida moderna. Além de não ser acessível a todos, descortina a sua face desigual que é vivenciada

pelos trabalhadores que sobrevivem na informalidade, representada, no modelo citado, pela descaracterização e exclusão do comércio original regional.

O trabalho informal é uma atividade relativamente comum na ativação das relações de consumo diário dos transfronteiriços. Pode-se atribuir, como um aspecto gerador da formação da informalidade, a dificuldade de contratação encontrada no país vizinho pelos trabalhadores, em função da lei trabalhista de cada nação, caracterizando-se como um dos limites e restrições impostos pela linha de fronteira.

Os vulneráveis aos processos que levam à informalidade contribuem para alimentar ainda outro tipo de comércio: o dos ilícitos. Muitos são os relatos na pesquisa sobre o fluxo de ilícitos, não somente gerados pela atividade de organizações que atuam no contrabando de cigarros, eletrônicos ou produtos têxteis. Sobremaneira preocupante são as atividades relacionadas ao tráfico de drogas e ao aliciamento de mulheres, crianças e indígenas, muitas vezes com violência, para que sirvam de “mulas”, bem como o envolvimento desses mesmos segmentos para a prostituição.

Essas organizações se valem da horizontalidade do cotidiano dos moradores dos arranjos fronteiriços para atuar, fundamentalmente, a partir da lógica da verticalidade. Valem-se da vulnerabilidade da população fronteiriça, assim como da fragilidade da segurança das fronteiras brasileiras, alimentando com seus produtos principalmente as metrópoles, de onde o crime organizado comanda as ações nas mesmas fronteiras. Nos três arcos da fronteira, reivindica-se maior atuação do Estado para inibição e controle dos fluxos e crimes transfronteiriços (Pêgo *et al.*, 2021).

A lógica de funcionamento de todos os arranjos, portanto, não raro se integra às verticalidades, ou a áreas ou pontos a serviço de atores hegemônicos globais, coexistentes junto às horizontalidades. Sob essa lente da verticalidade, a dinâmica cotidiana horizontal dos arranjos transfronteiriços, observada tendo em vista o mercado de trabalho informal nos arcos Norte e Central, traduz uma especificidade de relações que transcendem os limites não somente da fronteira entre os países, mas ditado pelo mercado internacional e pela divisão internacional do trabalho – organismos em que o Brasil vem se inserindo como um dos fornecedores de riquezas minerais, naturais e da produção agropecuária. Reflexo disso são os deslocamentos, no arco Norte, para as atividades no garimpo, muitas vezes ilegais, observadas em direção à Guiana Francesa, ao Suriname e à Venezuela; e no arco Central, o fluxo diário de trabalhadores pouco especializados que cruzam a fronteira em direção à Bolívia ou ao Paraguai e vice-versa, para exercer atividades rurais e urbanas (Pêgo *et al.*, 2021).

A cotidianidade lefebvriana, caracterizada pela sucessão, pelo repetitivo da vida de todo ser humano, expressa as transformações da sociedade na modernidade contemporânea, na qual a *compressão tempo-espaço*, termo cunhado por Harvey (1993), indica a velocidade dos fluxos e processos das mudanças pelo encurtamento das distâncias entre os lugares, de forma simultânea e global, criando espaços cada vez mais homogêneos. Santos (2013, p. 41) indica que, sendo assim,

ciência, tecnologia e informação fazem parte dos afazeres cotidianos do campo modernizado, através das sementes especializadas, da correção e fertilização do solo, da proteção das plantas pelos inseticidas, da superimposição de um calendário agrícola inteiramente novo, fundado na informação, o que leva para as cidades médias do interior um coeficiente de modernidade. Não raro, maior do que o da metrópole. O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo.



Outros dois serviços se destacam também nos arranjos transfronteiriços pelos fluxos que geram: os serviços de saúde e de educação. Dada a universalização da saúde pública no Brasil, para todas as idades, ao contrário de seus vizinhos, é comum a busca por esse serviço público em cidades brasileiras mais próximas, principalmente considerando-se que os arcos Norte e Central têm contato com as áreas fronteiriças mais pobres da América do Sul e, dentro dessa realidade, cada nação se orienta no tempo e espaço limitado também pela sua própria história e regulamentos. De acordo com a análise realizada pela pesquisa, o atendimento de saúde a estrangeiros muitas vezes sobrecarrega os orçamentos públicos de pequenas cidades da fronteira brasileira.

Não obstante, é importante, nesse contexto, salientar que as relações de reciprocidade se constituem também em uma característica constituída ao longo do tempo. Sendo assim, vale para o fronteiriço considerar que os estrangeiros, em contrapartida, consomem produtos brasileiros e pagam ao Brasil os devidos impostos por esses produtos. No arco Sul, a busca por serviços ocorre também na direção contrária, do Brasil (a exemplo de Barra do Quaraí) para o Uruguai (Bella Unión), onde se incluem o atendimento de serviços básicos como pré-natal e partos e peculiarmente, a obrigação pelo registro da criança no país vizinho. Na educação, observam-se fluxos para o estudo entre as cidades transfronteiriças nos ensinos fundamental e médio, tanto nas áreas urbanas quanto rurais. E fluxos de educação superior, em especial no curso de medicina em cidades da Bolívia e do Paraguai (Pêgo *et al.*, 2021).

Uma característica fundamental que distingue a região transfronteiriça dos arcos Central e, principalmente, Norte se relaciona ao tempo e espaço dos povos indígenas. Para esse grupo, principalmente os considerados isolados da Amazônia, a fronteira inexistente. A fronteira para esses indígenas não é nem porosa e nem permeável, ela é simplesmente invisível e por consequência inexistente. Ela atravessa um território há muito percorrido por esses povos para a caça, pesca e coletas, que persistem pelas características nômades e seminômades do passado ou para manter relações de laços de parentesco. A coexistência desse tempo e espaço de povos indígenas junto à temporalidade das cidades fronteiriças evidencia o significado da existência do contraditório no momento presente, vivenciados pelas formas antigas de destruição de riquezas naturais na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, por meio do desmatamento, das queimadas e da extração clandestina de minérios e da biodiversidade.

O espaço dessas coexistências se dá como “faixas que se mesclam, se interpenetram, pondo em contato conflitivo populações cujos antagonismos incluem o desencontro dos tempos históricos em que vivem” (Martins, 2019, p. 149).

Essas ocorrências se dão inclusive no contato com esses derradeiros povos isolados do planeta, em áreas preservadas, enquanto o mundo suplica por ações sustentáveis que preservem o planeta diante dos possíveis problemas oriundos do aquecimento global.

As manifestações de preocupação com o meio ambiente, além do tema da proteção, preservação e importância da biodiversidade dos biomas, foram salientadas nas oficinas de trabalho, sobretudo, em relação à gestão de formas sustentáveis de geração de renda da população e de comunidades tradicionais. Um conflito que se destaca é aquele relacionado às terras indígenas regularizadas e à dificuldade de acesso dos indígenas a serviços urbanos municipais. Os participantes das oficinas de trabalho relatam também sobre a situação de mendicância de muitos indígenas que procuram ajuda nas cidades, ressaltando as dificuldades nas formas de integração do indígena à sociedade urbana.

O exemplo indígena expõe outro tema debatido nas oficinas realizadas nos arcos, sobre o sentido da fronteira. A existência não somente de diversas fronteiras mas de outras fronteiras. Transposta para a dimensão dos povos indígenas, pode significar que, para além da fronteira instituída entre os países, há a fronteira entre as terras indígenas e as terras do povo não indígena ao mesmo tempo que há também a fronteira da expansão do território para a exploração dos recursos naturais, reduzindo cada vez mais as áreas protegidas. Essa é a fronteira que identifica o território da ação global que, retornando a Santos (2013), se define pelas verticalidades, talvez na sua forma mais aguçada. São as fronteiras do capital internacional, que ignoram as fronteiras nacionais, submetendo povos indígenas, população urbana e comunidades tradicionais a conflitos que expõem ainda mais as suas vulnerabilidades, em uma fronteira do limite humano. Para Martins (2019, p. 141),

a fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano.

Tal qual acontece com os indígenas, também o cidadão transfronteiriço não reconhece a linha divisória, sendo ela porosa e permeável no movimento das horizontalidades da vida, que se ativam pelas relações familiares, de compadrios e de amizades. Pode-se dizer que o cidadão transfronteiriço vive cotidianamente e intensamente uma alteridade que reside na descoberta e no desencontro com o outro. Se há um desafio para as políticas públicas nos arranjos transfronteiriços, o principal é o reconhecimento e o fortalecimento desses movimentos que traduzem o indivisível tecido cultural, histórico, econômico e social de convivência de povos e de costumes. Dos momentos que sinalizam o encontro, o possível e a perspectiva do futuro menos desigual. Do espaço que

aparece como um substrato que acolhe o novo mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila, que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de levantar (Santos, 2013, p. 34).

Ao mesmo tempo que, na fronteira, a perspectiva de um novo é possível dentro do espaço do tempo da vida cotidiana dos cidadãos transfronteiriços, para outra camada da sociedade moderna e globalizada as possibilidades se apresentam com outros contornos. O espaço e o tempo dos migrantes e refugiados que representam outra face e uma história diferente, na qual a perspectiva muda de olhar assim como de percepção.

Para migrantes e refugiados, as fronteiras podem representar portas que se abrem e se fecham, nem sempre porosas, muitas vezes inflexíveis e principalmente regradas pelas ondas quase sempre perversas da globalização. E os conflitos que representam, há que se destacar, guardam estreita relação com realidades que os cidadãos transfronteiriços nem imaginam enfrentar, mas que o fechamento das fronteiras em função da pandemia em curso demonstrou que podem cercear a sua liberdade. A realidade pandêmica imposta à fronteira abre caminho assim para a continuidade desta breve análise. Dialética, a metodologia que a fundamenta expõe características que se mostram necessárias ao aprofundamento pelo mesmo método, dessa vez, decompondo-se seus elementos – lugares, estruturas e formas – encontrados na dimensão da simultaneidade de tempos e espaços da fronteira.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesse método regressivo-progressivo, a breve análise realizada neste artigo, em torno da simultaneidade de tempos e espaços da dimensão transfronteiriça brasileira, demonstra a sua aplicabilidade, que, na perspectiva regressiva de datação de fatos, formas e estruturas, e progressiva, para a compreensão da realidade atual, permitiu elucidar o contraditório encontrado na leitura do desencontro de temporalidades. Cabe salientar ainda que essa leitura ganhou maior força explicativa por meio dos fundamentos traçados em Lefebvre (1968) no tempo da modernidade e em Santos (2013) no da globalização.

As reflexões realizadas aqui revelam o significado das transformações pelas quais passam as fronteiras e, dessa forma, o sentido da fronteira recortada por complexidades horizontais e verticais (Santos, 2013). O sentimento antagônico de viver em um espaço que é considerado antigo, subdesenvolvido, problemático e distante, especialmente nos arcos Norte e em parte do Central, enquanto as metrópoles vivem em estado de desenvolvimento contínuo, é colocado em xeque por movimentos insurgentes de indígenas, ribeirinhos, população urbana ou comunidades tradicionais, que tratam de superar a noção perpetuada pelo imaginário coletivo de que “esta [arcos Norte e parte do Central] é uma terra sem homens” (Pêgo *et al.*, 2021).

Nos arranjos transfronteiriços, as relações cotidianas das famílias em seus fluxos diários de convivência, consumo, utilização dos serviços básicos traduzem-se por aspectos inquietantes de dominação por uma autorregulação planificada da cotidianidade moderna lefebvriana.

Esses mesmos arranjos transfronteiriços, como fragmentos das metrópoles e tomados por estruturas verticais do poder hegemônico global de circulação de produtos lícitos e ilícitos, encontram-se simultaneamente e em descompasso com o espaço de produtos e produtores regionais, caracterizados por um outro tempo e/ou por culturas diversificadas do homem fronteiro.

Nas porosidades outras dessa dimensão transfronteiriça, a reflexão perpassa por sobre a fronteira que inexistente para certos povos ainda nômades e seminômades da Amazônia, enquanto seu espaço e tempo são dominados pela destruição atual e verticalizada das riquezas naturais e, ainda, pelas fronteiras abertas e fechadas para os migrantes e refugiados, regradas pelas ondas quase sempre perversas da globalização.

Tamanha complexidade revela como de fato existem argumentos fáceis para a inefetividade de muitas políticas públicas fronteiriças em permanecerem na esfera da intenção. Contudo, a breve leitura realizada permite aferir que em todas as análises efetuadas uma questão é central e definitiva, e pode ser proposta como o grande desafio para que políticas públicas transfronteiriças sejam concebidas de forma efetiva, sem margem para argumentos.

Reside essa questão central, no reconhecimento de que o cidadão transfronteiro vive, cotidianamente e intensamente a descoberta e o desencontro com o outro. Ele vive uma alteridade que revela movimentos diários de relações de integração e solidariedade, mas também de insubordinação, transgressão e insurgência das práticas humanas em relação ao concebido pelo Estado. Essa é uma realidade sucessivamente presente no vivido do lugar e, sendo assim, premissa básica de análise para todo e qualquer instrumento a se implementar nas fronteiras, fortalecendo e integrando o espaço das relações e movimentos que traduzem o indivisível tecido cultural, histórico, econômico e social de convivência entre os povos e seus costumes.

Cabe, portanto, ao Estado o papel de formular e dar prioridade a políticas públicas que não negligenciem a complexidade envolvida no processo de produção do espaço transfronteiriço, além de compreender a necessidade de uma atuação interescalar, sobretudo com uma visão pautada em decisões a serem tomadas a partir do local. Isso significa não somente ouvir, colher e planejar as ações a serem executadas nessa escala mas principalmente criar estruturas que visem à execução acompanhada e à participação contínua (visão de longo prazo) em ações que assumam e se voltem à realidade em constante mutação e transformação. Dessa forma, estreitam-se as chances para que o possível e o realizável sejam incorporados às políticas públicas, e que essas sejam efetivadas, na perspectiva de que o olhar se estenda como concepção e prática não somente para o local e regional das diversas fronteiras políticas, culturais ou sociais envolvidas mas sobretudo em relação à fronteira da humanidade.

## REFERÊNCIAS

- BOCCA, M. C.; SILVA, C. A. F.; SCHNEIDER, D. R. Sartre e o percurso da análise da realidade humana: psicanálise existencial e método progressivo-regressivo. **Peri – Revista de Filosofia**, Florianópolis, v. 11, n. 1. p. 18-37, 2019.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- KELLY, M. Towards a heuristic method: Sartre and Lefebvre. **Sartre Studies International**, v. 5, n. 1, p. 1-15, 1999.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. 1. ed. Lisboa: Ulisseia Limitada, 1968.
- \_\_\_\_\_. **O vale de Campan**: estudo de sociologia rural. São Paulo: Edusp, 2011.
- MARTINS, J. S. Problemas de sociologia rural. *In*: \_\_\_\_\_. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986a. p. 144-162.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas da sociologia rural. *In*: \_\_\_\_\_. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986b. p. 163-177.
- \_\_\_\_\_. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. *In*: \_\_\_\_\_. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23.
- \_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- MOURA, R. Metrôpoles e cidades de fronteira: o que as torna inseparáveis? *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE RIDEAL, 9., ago. 2019, São Paulo. **Anais...** [s.l.]: Rideal, 2019.
- PÊGO, B. *et al.* (Coord.). **Fronteiras do Brasil**: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública. Brasília: Ipea; MI, 2017a. v. 2. 276 p.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação do arco Norte. Rio de Janeiro: Ipea; MI, 2017b. v. 3. 296 p.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação do arco Central. Rio de Janeiro: Ipea; MDR, 2019. v. 4. 344 p.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação do arco Sul. Rio de Janeiro: Ipea; MDR, 2020. v. 5. 325 p.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). **Fronteiras do Brasil**: referências para a formulação de políticas públicas. Brasília: Ipea; MDR, 2021. v. 6. 375 p.

PÊGO, B.; MOURA, R. (Org.). **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação de política pública. Rio de Janeiro: Ipea; MI, 2018. v. 1. 453 p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

